



Servidores

SINDSERV: AV. CAMPOS SALES, 106 - VILA NOVA
SANTOS - CEP: 11013-401 - TEL.: (13) 3228-7400
sind_serv@uol.com.br - www.sindservsantos.org.br

na Luta

| JUNHO 2013 | Nº 70

FECHAMENTO AUTORIZADO. PODE SER ABERTO PELA E.C.T.

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTOS

REDUZIREMOS O VALOR DA MENSALIDADE QUE VOCÊ PAGA AO SINDSERV

CUMPRINDO O COMPROMISSO FIRMADO ENQUANTO CHAPA 1, NA ELEIÇÃO DO SINDSERV REALIZADA NOS DIAS 19, 20 E 21 DE FEVEREIRO DESTES ANOS, NO DIA 3 DE JULHO FAREMOS ASSEMBLEIA DOS FILIADOS PARA DELIBERAR SOBRE REDUÇÃO DAS MENSALIDADES PAGAS PELOS SÓCIOS À NOSSA ENTIDADE SINDICAL. COMPROMISSO ASSUMIDO É COMPROMISSO CUMPRIDO.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O PRESIDENTE DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTOS, NO USO DAS PRERROGATIVAS QUE LHE CONFEREM O ESTATUTO SOCIAL, CONVOCA TODOS OS ASSOCIADOS, INTEGRANTES DA CATEGORIA PROFISSIONAL “SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SANTOS” CONSTATANTE NA BASE TERRITORIAL DA CIDADE DE SANTOS, PARA PARTICIPAREM DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, COM DIREITO A VOZ E VOTO, QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 03 DE JULHO DE 2013 (QUARTA-FEIRA) ÀS 17H30MIN HORAS EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO COM O QUORUM MÍNIMO DE 1/3 DOS ASSOCIADOS E ÀS 18H30MIN HORAS EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO COM QUALQUER NÚMERO DE ASSOCIADOS PRESENTES NO SEGUINTE LOCAL: SEDE SOCIAL DO SINDSERV, SITUADO À AV. CAMPOS SALES Nº 106 - SANTOS-SP, A FIM DE DELIBERAREM SOBRE A ORDEM DO DIA, PAUTA ÚNICA:

- **VALOR DA MENSALIDADE ASSOCIATIVA**

SANTOS, 25 DE JUNHO DE 2013

**FLAVIO ANTONIO RODRIGUES SARAIVA
PRESIDENTE**



Tivemos neste mês de junho mais um exemplo de que a organização e a luta dão frutos. Atendendo à reivindicação da categoria e do SINDSERV, a Seduc vai garantir e estender o recesso escolar, de 15 a 24 de julho, também aos funcionários de escola.

Um comunicado da Seduc, constando todos os detalhes está sendo finalizado, após o término das inscrições de crianças para as creches polo e da definição da demanda de alunos para o período.

Como não houve tempo hábil para os trâmites necessários, para

esse semestre o recesso aos funcionários não será lei. Porém, esse objetivo continuará sendo parte da luta da categoria e do SINDSERV para os próximos meses. Queremos que essa vitória seja totalmente garantida.

Para isso, contamos com a participação de todos os funcionários nas ações de pressão que desenvolveremos no segundo semestre, não só para que essa conquista vire lei, mas também para que as demais reivindicações, aprovadas em assembleia, sejam atendidas.

APÓS PRESSÃO DO SINDSERV, GOVERNO PUBLICA OS DECRETOS QUE REGULAMENTAM A AVALIAÇÃO DO PCCV

O processo de implementação da avaliação da categoria para evolução dentro do que prevê o PCCV (Plano de Carreira Cargos e Vencimentos), iniciado em 12 de março deste ano, ficou tramitando internamente na administração municipal sem a agilidade necessária e só foi para a publicação após a direção do SINDSERV cobrar, em reunião, o secretário de Gestão, Fábio Ferraz e denunciar a demora no boletim da categoria. Ao sindicato Ferraz reconheceu o atraso e comprometeu-se a executar o pagamento dos habilitados para a progressão funcional retroativo ao mês de abril. Será que podemos acreditar na palavra do secretário? Apesar da publicação dos decretos, realizada no último dia 6, um ponto fundamental para que a avaliação ocorra na prática demorou a ser implantado. Só no último dia

19/06 foram nomeados os integrantes da Comissão de Gestão de Carreiras.

Antes, somente o SINDSERV havia indicado seus representantes. Só com a comissão, a classificação dos habilitados poderia ser publicada, pois é o órgão que tem a atribuição de analisar e julgar os recursos interpostos pelos servidores que se sentem prejudicados com a classificação. Continuaremos pressionando para que a classificação ocorra o mais rápido possível e para que os habilitados possam receber o que têm direito, inclusive de forma retroativa!



CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA NO SINDICATO

- Por que a sociedade em que vivemos produz riqueza como nunca, ao mesmo tempo em que aumenta a miséria de milhões de seres humanos?
- Por que os servidores estão com dificuldades financeiras se nosso país cresce tanto?
- Por que nossa cidade tem a quinta maior arrecadação do estado e é uma das mais ricas do país e, ao mesmo tempo, paga os piores salários da região?
- Qual é a origem da imensa desigualdade social que corrói a humanidade?
- Por que se dão crises econômicas e guerras repentinas, e terríveis como as atuais em que o mundo está afundado?

Essas e outras perguntas serão respondidas no curso “Como funciona a sociedade”, organizado pelo SINDSERV. O módulo I do curso será realizado nos próximos

dias 29 e 30 de junho (sábado e domingo), das 9 às 18 horas, com intervalos para café da manhã, almoço e café da tarde, na sede do SINDSERV.

As aulas serão ministradas por um monitor do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, entidade de formação que atua no Brasil e em outros países.

As vagas são limitadas e as inscrições podem ser feitas na sede do sindicato, à Rua Campos Sales, 106, Vila Nova, ou pelo e-mail sind_serv@uol.com.br

IMPORTANTE: A participação nos dois dias do curso (16 horas) é de suma importância, pois o seu conteúdo só será conclusivo no final do segundo dia. Por isso é imperativo o compromisso da presença, caso contrário compromete as vagas de outros interessados e a organização quanto a alimentação.

DEVOLUÇÃO DO IMPOSTO SINDICAL TEVE GRANDE ADESÃO DOS SERVIDORES

O último dia 8 ficará marcado na história do **SINDSERV** como o dia em que a entidade fez, na prática, o que muitos pregam apenas no discurso. O Sindicato montou um esquema de atendimento num sábado para devolver a cerca de 2 mil pessoas os valores referentes ao Imposto Sindical. Um mutirão com dezenas de funcionários foi montado no salão da Paróquia São Benedito, na Aparecida, para organizar a devolução.

Por causa da grande quantidade de pessoas no local, houve filas, mas nada que tirasse o ânimo da maioria das pessoas, que enquanto esperavam puderam se confraternizar com os colegas e tomar um gostoso café da manhã.

Gente como o mestre auxiliar de Elétrica, Idalmir Gomes. Com 23 anos de Prefeitura, esta é a segunda vez que ele consegue reaver o dinheiro do imposto. “Foi bom ter feito esse esquema num sábado, para que todos possam receber. A gente tem mais tempo e ainda encontra os amigos”.

É importante lembrar que a devolução do Imposto Sindical é uma decisão política da atual diretoria do **SINDSERV** e que a maioria das entidades sindicais retém os valo-



res do trabalhador.

Esta decisão do **SINDSERV** é livre e não tem nenhuma relação com qualquer imposição judicial. Em

nível nacional, o nosso sindicato participa de um movimento em defesa do fim de toda e qualquer taxa arbitrária.

POR QUE O SINDSERV NÃO CONCORDA COM O IMPOSTO SINDICAL?

Centenas de Federações, Confederações e Centrais Sindicais, todos de olho nos milhões de reais arrecadados todos os anos através desse imposto, estão nesta vergonhosa situação. Esse gigantesco conjunto de instituições sindicais, em sua maioria acomodada e atrelada aos patrões, se esbalda nessa montanha de recursos retirados dos trabalhadores brasileiros.

Este ano, o valor total disponível para devolução pelo Sindicato é de aproximadamente R\$ 150 mil, referente a cerca de 3.300 associados da ativa.

ATENÇÃO NOVAS DATAS PARA DEVOLUÇÃO DO IMPOSTO SINDICAL

Os servidores da ativa que **NÃO** estiveram presentes no último sábado – 08 de junho – para receber a devolução do **IMPOSTO SINDICAL** podem fazê-lo nas datas abaixo:

DATAS DA DEVOLUÇÃO:
4, 5 e 11 de julho

Horário:
09h às 19h30

Local: Sede do Sindicato
Rua Campos Sales,
106, Vila Nova

IMPORTANTE
Para receber a devolução é obrigatório que o próprio servidor compareça ao local e apresente os seguintes documentos: identificação com foto e o holerite de março/2013.

COMO O GOVERNO FEDERAL DISTRIBUI O IMPOSTO SINDICAL

- **60%** retornam para os sindicatos;
- **15%** são rateados entre as Federações;
- **10%** são rateados entre as Centrais Sindicais;
- **5%** vão para as Confederações;
- **10%** ficam com o Ministério do Trabalho

OPINIÕES

“Aprovamos a devolução em local e dia totalmente fora do expediente. Como é a primeira vez, acredito que alguns ajustes ainda precisam ser feitos para melhorar ainda mais o esquema. Mas a ideia é muito boa”.

ALFREDO JOSÉ CHIAPETTA NETO, OFICIAL ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ALESSANDRA GOMES BARBOSA, TÉCNICA DE ENFERMAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



“Apoio totalmente essa iniciativa. Como trabalho em três cidades diferentes, acabo sendo descontada três vezes. O único sindicato que devolve é o Sindserv. Na minha opinião, é um absurdo esse desconto ser automático. A gente não sabe onde vai parar todo esse dinheiro”.

ROSA MARIA DA SILVA, AUXILIAR DE ENFERMAGEM, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTOS



APOSENTADORIA DOS SERVIDORES EM RISCO E PRESIDENTE DO IPREV QUERENDO FAZER GASTANÇA

Em 2007, muitas administrações municipais alardearam que os Institutos de Previdência eram uma necessidade e trariam grandes benefícios para os servidores públicos. Em Santos foi exatamente assim. O governo Papa inaugurou o IPREV-Santos com pompas e honras. Só não divulgou que a PMS não repassaria os valores totais do PASSIVO, o que pode arrebentar nas costas dos servidores da ativa e aposentados, seja na forma de maiores descontos nos holerites ou de corte de aposentadorias.

Mas o que é esse PASSIVO? Para poder pagar as aposentadorias o IPREV faz uma poupança mensal (parte descontada do servidor e outra paga pela PMS) durante todos os anos em que o servidor está na ativa. Ocorre que em 2007, quando o IPREV foi criado, não existia poupança dos anos anteriores à sua criação. Pela lei, PMS deveria calcular o valor não recolhido no passado (O PASSIVO) e depositá-lo no cofre do IPREV. A PMS está depositando somente uma parte desses recursos, e o rombo permanece.

Ao invés do Sr. Jorge Manoel (Presidente do IPREV) e do Conselho de Administração da autarquia se ocuparem em encontrar saídas para problemas assim, querem é gastar mais de 800 mil reais na compra de um imóvel, com a justificativa de construir uma sede para a autarquia. Vale lembrar que no final de 2012, o IPREV comprou um terreno da CAPEP (veja ilustração) e fez o projeto de construção de nossa sede própria.

**SR. JORGE MANOEL
E SRS. CONSELHEIROS:
TRATEM NOSSO DINHEIRO
COM RESPEITO!!!**



TANTO A CASA DA CAPEP COMO A DO IPREV SÃO IMÓVEIS QUE PERTENCEM AO SERVIDOR

Pergunta: PARA QUÊ COMPRAR MAIS UM IMÓVEL???

JUSTIFICATIVAS INJUSTIFICÁVEIS” APRESENTADAS PELO SR. JORGE MANUEL PARA GASTAR ESSA DINHEIRAMA:

- O IPREV está pagando aluguel para a CAPEP e isso é um gasto;
- A CAPEP está solicitando que o IPREV desocupe a casa que é dela;
- O IPREV comprou um terreno da CAPEP para construir uma sede própria, mas a construção vai demorar;
- Os funcionários do IPREV precisam de mais conforto para atender os aposentados;
- Os mais de 800 mil que serão gastos na compra de mais um imóvel não prejudicarão aposentadorias futuras porque o dinheiro para a compra será retirado da taxa de administração do IPREV.

A REALIDADE - O IPREV pagar aluguel para a CAPEP não é um problema. Ao contrário, porque as duas autarquias lidam com recursos do servidor. Tudo é dinheiro nosso.

A CAPEP pode aguardar a construção da casa do IPREV. Não há nenhuma emergência que justifique a CAPEP pedir que o IPREV saia correndo da casa que também é nossa.

Estão comprando um imóvel que, em função da fantasia do Pré-sal, está supervalorizado. Quando os preços do mercado imobiliário acomodarem, o preço desse imóvel tende

a despencar. O IPREV terá participado de especulação, jogando dinheiro fora.

Os mais de 800 mil podem sim fazer muita falta no futuro. Se o repasse do passivo não for feito, cada centavo que estiver em posse do IPREV, de taxa de administração ou não, será fundamental para não deixar aposentados a míngua.

PROGRAMA “COMVIVER” TENTA LIMPAR A BARRA DO PREFEITO APÓS A GREVE

Com o slogan “para o servidor viver melhor” foi lançado pelo prefeito Paulo Alexandre (PSDB) o Comviver (Programa de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida do Servidor Municipal).

Com muito marketing o lançamento ocorreu em uma solenidade no paço municipal, onde o prefeito expôs o seu ponto de vista sobre o programa para vários servidores públicos presentes. Além do evento realizado no Salão Nobre, o prefeito em pessoa visitou alguns locais de trabalho para convencer os servidores das maravilhas de seus projetos. Entre outras coisas o chefe da administração diz que “Essas ações serão fundamentais para cumprir o objetivo prioritário do governo, que é a valorização do servidor público. Devo ressaltar que este é o maior programa do funcionalismo santista”.

Na verdade, do ponto de vista dos trabalhadores, o tal programa não trará nenhuma vantagem. Trata-se apenas de uma tentativa do governo tucano de melhorar a sua imagem após o desgaste provocado pela greve do dia 26 de março. O assim chamado BISS, cartão a ser implementado, não passa de mais um instrumento para o servidor se endividar com mais uma possibilidade de crédito.

Além de unir em um só cartão benefícios como o vale transporte e o cartão saúde da Capep, o cartão cria a possibilidade do servidor efetuar compras no comércio local com posterior desconto em folha de pagamento. Vários trabalhadores já possuem um nível de endividamento elevado com cartões de crédito, cheque especial e empréstimos. Com a criação deste cartão de compras o incentivo ao consumismo desenfreado será maior, com a consequente deterioração da saúde financeira do trabalhador. O pior é que vários servidores

estão confundindo esta iniciativa com o Cartão Cidadão existente na cidade de Cubatão. Lá é disponibilizado o valor de R\$ 500,00 por mês para gastos no comércio daquela cidade. Aqui o governo não quer investir um tostão e ainda diz que está beneficiando o servidor. Acredite se quiser...

Outra iniciativa que faz parte do pacote “me engana que eu gosto” criado para o servidor é o PDR (Participação Direta nos Resultados). Segundo este programa, os servidores que economizarem em suas repartições e baixarem os custos de material de trabalho ganham um bônus, que pode ser em dinheiro ou em cursos de capacitação.

O SINDSERV não concorda com essa medida. Primeiro porque não há absolutamente como medir o desempenho de cada unidade de trabalho em relação a corte de gastos, segundo porque é como se o Governo estivesse responsabilizando o servidor pelos custos com material. Em terceiro lugar, o SINDSERV é contra porque há alguns departamentos e locais de trabalho em que reduzir ainda mais os custos vai impactar diretamente na qualidade de atendimento prestada à população.

NUMA ESCOLA, COMO É POSSÍVEL CORTAR AINDA MAIS GASTOS? DEFININDO COTAS DE GIZ POR PROFESSOR, PONDO ÁGUA NO FEIJÃO DA MERENDA?

No Programa Comviver o prefeito criou ainda o Concurso Servidor Empreendedor, com o objetivo de premiar as melhores ideias de funcionários para inovação e redução de custos no atendimento. Tanto para a comissão julgadora do concurso quanto para o Conselho Gestor do PDR, o Governo incluiu membros do SINDSERV, conforme decretos 6430 e 6431, publicados no



D.O. de 8 de junho deste ano. **Tudo foi feito à revelia do sindicato.** Colocam a entidade como parceira da administração nesta tarefa.

Esclarecemos que a atual diretoria não

foi, em nenhum momento, consultada sobre tais programas. Esclarecemos ainda que o SINDSERV não faz nenhum tipo de parceria com o patrão.

Senhor prefeito se o senhor quer mesmo valorizar o servidor faça o seguinte:

- * 16,2% de aumento salarial e recuperação de parte das perdas salariais sofridas nos últimos anos.
- * Aumento da cesta básica para R\$ 306,34, extensiva a todos os trabalhadores até o nível N- P e para todos os aposentados;
- * Auxílio-alimentação de R\$ 440,00 (R\$ 20,00 por dia);
- * Contribuição da PMS de 1% da folha para a Capep Saúde;
- * Nomeação imediata de todos os concursados;
- * Abertura de uma mesa permanente de discussão sobre o PCCV
- * Volta da Letra de 8 anos e 6ª parte, retiradas da Lei Orgânica.

SINDSERV IMPEDE QUE GOVERNO TRANSFORME AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO EM CARTÃO

É importante lembrar que, inicialmente, o governo municipal tinha a intenção de incluir no tal cartão BISS o auxílio alimentação, de R\$ 310,00, pago aos servidores da ativa. Hoje, este dinheiro é depositado direto na conta de cada servidor. Diante dos protestos indignados na direção do sindicato, a administração resolveu voltar atrás da sua decisão inicial.

Se tal fato ocorresse, um grave prejuízo seria gerado ao funcionalismo. Há muitos anos o auxílio alimentação representa uma verba salarial que não pode simplesmente ser retirada do holerite dos servidores. Como se não bastassem os aspectos jurídicos, na prática, este valor hoje é utilizado para pagar as mais variadas des-

pesas e não apenas para a alimentação. Se fosse transformado em cartão, como defendia o governo, o benefício seria gasto apenas em alguns restaurantes credenciados na cidade de Santos.

Todos nós sabemos que com a elitização da cidade, vários funcionários transferiram suas residências para outras cidades da Baixada Santista. Se realmente a administração transformasse o auxílio alimentação em cartão, os prejuízos seriam incalculáveis.

O SINDSERV CONTINUA ATENTO. QUALQUER TENTATIVA DE REDUZIR OU RESTRINGIR DIREITOS SERÁ SEMPRE COMBATIDA!